



ELEIÇÕES

Oposição defende adoção de mandatos para ministros, revisão de prerrogativas e mudanças nas regras de impeachment. Articulação busca transformar o tema em eixo central da disputa ao Senado em 2026

Antonio Augusto/STF



STF vira alvo no Congresso e ganha destaque no debate sobre mudanças institucionais

Direita ensaia pressão contra o Supremo

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA

O avanço de propostas para reverter prerrogativas do Supremo Tribunal Federal (STF) ganhou força entre parlamentares da oposição e deve ocupar espaço central no debate eleitoral ao Senado em 2026, fortalecendo candidaturas ancoradas em críticas à atuação da Corte e na defesa de mudanças institucionais.

Impulsionados por decisões recentes envolvendo aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, parlamentares da oposição defendem mudanças como a adoção de mandatos para ministros, maior objetividade nos processos de impeachment e a revisão de competências institucionais. A agenda, além de ganhar força na disputa eleitoral, já repercute em momentos-chave no Congresso, como na sabatina de Jorge Messias para o tribunal.

Entre as vozes mais enfáticas está o senador Eduardo Girão (Novo-CE), que defende uma ampla reforma do Judiciário. Na avaliação dele, o atual modelo de indicação de ministros favorece vínculos políticos e fragiliza a independência institucional da Corte. “Tem que ser critério técnico, tem que ter mandatos, ninguém está acima da lei”, afirmou ao **Correio**.

Girão também criticou o que considera omissão do Senado diante de pedidos de impeachment de ministros, ao apontar que dezenas de requerimentos seguem sem avanço. Segundo ele, a falta de reação do Parlamento contribui para um cenário de “insegurança jurídica” e para o desequilíbrio entre os Poderes.

Na mesma linha, o senador Magno Malta (PL-ES) afirma que as críticas ao STF não são recentes nem se limitam ao calendário eleitoral. Ele reconhece que ainda não há um pacote fechado dentro da oposição, mas destaca a existência de convergência em torno de propostas como a adoção de mandatos para ministros e maior clareza em decisões sensíveis.

Malta também contesta a ideia de que críticas ao Judiciário representem uma ameaça institucional. “Questionar, dentro

da Constituição, é prerrogativa do Parlamento”, disse, defendendo que o debate ocorra dentro dos limites do Estado de Direito.

PECs

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF), por sua vez, tem adotado uma atuação mais estruturada na formulação de propostas. Autora de três Propostas de Emenda à Constituição (PECs), ela defende mudanças que vão desde a delimitação das competências investigativas dos tribunais até a ampliação das prerrogativas do Congresso para sustar atos de outros Poderes.

Damares também defende explicitamente o fim do caráter vitalício dos cargos no STF. “O mandato vitalício é prejudicial à República”, afirmou, argumentando que a renovação periódica da Corte é compatível com o regime democrático.

No debate sobre o equilíbrio entre os Poderes, o senador Rogério Marinho (PL-RN) adota um tom mais institucional e defende que o foco permaneça no cumprimento da Constituição. Segundo ele, discutir eventuais mudanças no funcionamento do STF é legítimo, desde que o tema não seja interditado no campo político. A posição reflete uma tentativa de parte da oposição de reduzir o tom de confronto direto com o Judiciário e reforçar uma abordagem mais técnica e legislativa.

Apesar das críticas, parlamentares rechaçam a tese de que as propostas tenham como objetivo enfraquecer o Judiciário. O argumento predominante é o de que as mudanças buscam restabelecer o equilíbrio entre os Poderes e fortalecer a credibilidade das instituições.

Damares, por exemplo, classifica como “falácia” a narrativa de ataque ao STF e afirma que o objetivo é promover um “rearranjo institucional” que estimule, inclusive, mecanismos de autocontenção dentro da própria Corte.

Eleitorado

Nos bastidores, porém, a estratégia da oposição revela um cálculo político mais

Waldemir Barreto/Agência Senado



Eduardo Girão defende uma ampla reforma do Supremo

Marcos Oliveira/Agência Senado



Magno Malta diz que críticas ao STF não são recentes nem eleitorais

amplo. Interlocutores afirmam que o tema do STF passou a ser visto como uma pauta capaz de mobilizar diferentes segmentos do eleitorado, especialmente fora dos grandes centros. A avaliação é de que críticas à Corte “furaram a bolha” e hoje aparecem com frequência em conversas populares, o que incentiva sua exploração no discurso eleitoral.

Além disso, há uma articulação em curso para vincular o debate institucional a episódios concretos, sobretudo decisões envolvendo aliados de Jair Bolsonaro. Embora parte dos parlamentares defenda

Andressa Anholte/Agência Senado



Damares propõe três PECs para limitar tribunais e ampliar poderes do Congresso

Jefferson Rudy/Agência Senado



Rogério Marinho defende foco no cumprimento da Constituição

separar os casos jurídicos das propostas estruturais, outro grupo avalia que esses episódios ajudam a dar “materialidade” ao discurso e reforçam a percepção de desequilíbrio entre os Poderes.

Reservadamente, senadores admitem que o tema também funciona como instrumento de pressão interna no próprio Congresso. A insatisfação com a condução de processos e com a atuação do Supremo tem sido usada para impulsionar outras pautas, como CPLs e revisões legislativas. Há, inclusive, expectativa de que uma nova composição do Senado em 2027 seja mais

favorável ao avanço dessas propostas, especialmente diante da renovação de dois terços das cadeiras.

Líderes da oposição avaliam que o principal desafio será ajustar o tom do discurso para evitar desgaste institucional. A aposta é fazer críticas firmes, mas com linguagem técnica e propostas concretas, sem ampliar a polarização. Ainda assim, o tema deve se firmar como um dos principais eixos da disputa eleitoral, levando o papel do STF para o centro do debate político nacional.

Esperança no TSE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se prepara para uma mudança de comando que desperta expectativa em setores da direita. A partir de junho, o ministro Kassio Nunes Marques assume a presidência da Corte eleitoral por um ano. O vice será André Mendonça, que deve comandar o tribunal a partir de 2027. Ambos foram indicados ao STF pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2020 e 2021.

A nova composição é vista por lideranças conservadoras como uma oportunidade de reorientação na atuação da Justiça Eleitoral. Em julgamentos sobre os atos de 8 de Janeiro, por exemplo, Nunes Marques e Mendonça defenderam penas mais brandas, em contraste com a maioria da Corte.

Na área eleitoral, Nunes Marques adotou posições divergentes em casos de grande repercussão. Em 2023, votou contra a inelegibilidade de Bolsonaro, diferindo da posição majoritária liderada pelo ministro Alexandre de Moraes. Mendonça, por sua vez, tem se destacado por posições independentes em temas sensíveis, como regulação das redes sociais, aborto e porte de armas.

À frente do TSE, caberá a Nunes Marques definir a pauta de julgamentos e o ritmo de análise dos processos, papel considerado estratégico em um cenário político ainda polarizado. Nos bastidores, o ministro sinaliza a intenção de adotar uma atuação mais contida, com menor interferência do Judiciário nas disputas políticas e foco na estabilidade institucional.

A possível mudança de postura contrasta com a gestão anterior, marcada por protagonismo no enfrentamento de ataques ao sistema eleitoral. Em declarações públicas, Mendonça também indica que a futura condução do tribunal deve enfatizar a isonomia entre os atores políticos, sugerindo uma inflexão no estilo de atuação da Corte.